



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CAMPUS REGIONAL DO VALE DO IVAÍ
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**



DAIANE APARECIDA DO NASCIMENTO

**REFLEXÕES SOBRE O SERVIÇO SOCIAL NA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E
AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ-PR**

**Ivaiporã - PR
2018**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CAMPUS REGIONAL DO VALE DO IVAÍ
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**



DAIANE APARECIDA DO NASCIMENTO

**REFLEXÕES SOBRE O SERVIÇO SOCIAL NA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS
DOS EXCEPCIONAIS DO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ-PR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lilian T. Candia de Oliveira.

**Ivaiporã-PR
2018**

FOLHA DE APROVAÇÃO

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lilian Tatiane Candia de Oliveira
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Prof. Dr. Componente da Banca
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Prof. Dr. Componente da Banca
Universidade Estadual de Maringá-UEM

Ivaiporã, _____ de _____ de _____.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que sempre foi o motivo de minha fé, sendo minha luz guia e fortaleza.

Agradeço pela minha família, meus pais Elza e Odair, e meus irmãos, Deise e David, que sempre se propuseram a me apoiar, e possibilitaram o minha caminhada até aqui. Sem vocês certamente já haveria me perdido pelo caminho.

Aos meus companheiros de sala, com os quais convivi estes últimos anos, construindo uma relação de respeito e amizade, com quem dividi lágrimas e sorrisos, e são motivos de admiração. Em especial a relação de irmandade com minhas camaradas Giovana e Hellenn, com quem eu sempre pude contar, e dividir as maiores tristezas e conquistas, os maiores sorrisos. A minha amiga e companheira Jessyca, com quem partilhei um ano de aprendizado e caminhada. Me orgulho de ter partilhado essa troca de conhecimentos com vocês, sei que serão profissionais brilhantes.

Agradeço aos professores, que enfrentaram grandes dificuldades institucionais, políticas e conjunturais, e mesmo assim não desistiram, a vocês sábios mestres, um muito obrigada especial, nada disto seria possível sem sua determinação. Em especial a Claudiana, que sempre me aconselhou, com quem construí uma relação de amizade para além dos muros da universidade e, foi também quem me incentivou a pesquisa, despertou meu interesse pelo tema deste trabalho. A minha querida orientadora Lilian, que me trouxe paz nos momentos difíceis, sendo luz na escuridão, muito obrigada pelo amparo.

Sou grata por todo conhecimento que esta graduação me proporcionou, pois isto vale mais que qualquer título que possa vir. Sou grata por todas as experiências que a universidade me trouxe, boas ou ruins, fizeram-se necessárias para meu amadurecimento e crescimento, intelectual e espiritual, hoje compreendo que cada uma teve um significado, e fazem parte de minha história, pois o caminho só existe depois que passamos por ele.

Muito obrigada por todos que fizeram parte desta jornada, sem cada um de vocês, nada disto faria sentido!

Mire, veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas - mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam, verdade maior. É o que a vida me ensinou.

(Guimarães Rosa)

Lista de Abreviaturas e Siglas

AEE	Atendimento Educacional Especializado
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CENESP	Centro Nacional de Educação Especial
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
FEAPAES	Federação das APAES do Estado
FENAPAES	Federação Nacional das Apaes
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MEC	Ministério da Educação
Pcd	Pessoa com Deficiência
SEESP	Secretaria de Educação Especial
UEL	Universidade Estadual de Londrina

NASCIMENTO, Daiane A. do. **REFLEXÕES SOBRE O SERVIÇO SOCIAL NA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ-PR.** 60f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) Universidade Estadual de Maringá, 2018.

RESUMO

Esse trabalho de conclusão de curso de Serviço Social desenvolvido na Universidade Estadual de Maringá, campus regional do Vale do Ivaí, derivou de uma pesquisa com objetivo de analisar o Serviço Social no âmbito da educação especial, mais especificamente, na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Ivaiporã-PR. Para o atendimento desse objetivo foram definidos os seguintes objetivos específicos: refletir sobre o serviço social no âmbito da educação especial, com foco no processo de desenvolvimento histórico da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) do Brasil; debater sobre o Serviço Social no âmbito da educação inclusiva, considerando a diferenciação com educação especial; e, por último, conhecer o Serviço social no âmbito da Educação especial desenvolvido na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Ivaiporã-PR, os quais foram atendidos nos três capítulos deste estudo, que responderam ao problema da pesquisa: como está configurado o serviço social no âmbito da educação especial da instituição Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Ivaiporã-PR?. O estudo de cunho qualitativo, a partir da bibliografia especializada, realizou a pesquisa empírica na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ivaiporã-PR. Os dados foram coletados por meio de entrevista, com roteiro semiestruturado, junto a assistente social, trabalhadora na instituição. A análise das devolutivas revelaram que o serviço social na APAE de Ivaiporã-PR, está configurado com predominância dos seguintes eixos: o foco no trabalho com as famílias; estratégias de enfrentamento em relação ao estigma vivenciado pela pessoa com deficiência; a perspectiva da escola inclusiva; e as demandas cotidianas do trabalho da assistente social na APAE. O estudo também revelou os avanços e desafios para o Serviço Social no âmbito da educação especial, bem como para o processo de inclusão da pessoa com deficiência.

Palavras-chave: Política Educacional. O Serviço Social e a Educação Especial. Serviço Social e APAE. Educação Inclusiva. Pessoa com Deficiência. .

NASCIMENTO, Daiane A. do. **REFLECTIONS ON SOCIAL SERVICE IN THE ASSOCIATION OF COUNTRY AND FRIENDS OF THE EXCEPTIONAL OF THE MUNICIPALITY OF VATIPORÃ-PR.** 60l. Course Completion Work (Graduation in Social Work) State University of Maringá, 2018.

ABSTRACT

The Social Service's Conclusion Coursework developed at Universidade Estadual de Maringá, regional campus of Vale do Ivaí came from one reserch about the Social Service in the Special Education area, especifically, the Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, at Ivaiporã – PR. For attending the work's objective has been defined the following especific objectives: reflect about the social service in the Special Education area, focousing in the historycal development process of the Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) from Brazil; debate about the Social Service in the Inclusive Education, considering the difference with education; know the Social Service on the Special Education developed in the Associação de Pais e Amigos dos Especiais, Ivaiporã – PR, wich has been attended in three chapters of this study that answered the reserch's problem: How is configured the Social Service in the Special Education in the institution Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais of Ivaiporã – PR? The qualitative study, based on the specialized bibliography, carried out the empirical research in the empiric in the Association of Parents and Friends of the Exceptional of Ivaiporã-PR. The data were collected through an interview, with a semistructured script, with a social worker, a worker at the institution. The analysis of the returns revealed that the social service in the APAE of Ivaiporã-PR is configured to reveal the predominance of the following analytical axes: the focus on working with families; coping strategies in relation to stigma in relation to the person with disability; the perspective of the inclusive school; and the daily demands of the social worker's work at APAE. With this study we were able to know the study revealed the advances and challenges for Social Work in the scope of special education, as well as for the process of inclusion of the disabled person.

Key-Words: Educacional Politics. Social Service and Special Education. Social Service and APAE. Inclusive Education. Person with Deficiencie.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10	
1	SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO ESPECIAL: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	12
1.1	O Serviço Social no campo da educação especial: aproximações preliminares	12
1.2	A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais no Brasil: breve aproximação histórica	19
2	SERVIÇO SOCIAL NO AMBITO DA EDUCAÇÃO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: REFLEXÃO SOBRE EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA	25
2.1	Serviço Social e educação inclusiva	26
2.2	Inclusão Versus Necessidade de Reforma Educacional	29
2.3	Inclusão versus segregação das pessoas com deficiência	31
3	O SERVIÇO SOCIAL NA APAE DO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ-PR	35
3.1	A Pesquisa Qualitativa na Leitura do Objeto	35
3.2	Etapas Procedimentais	36
3.2.1	Instrumentos de coleta de dados.....	36
3.2.2	Critérios de seleção das instituições	36
3.2.3	A APAE do município de Ivaiporã.....	37
3.2.4	Critérios de seleção e caracterização dos sujeitos.....	37
3.2.5	A inserção da pesquisadora no campo empírico.....	38
3.3	Análise dos dados	39
3.3.1	O foco no trabalho com as famílias	39
3.3.2	O estigma em relação a pessoa com deficiência	41
3.3.3	Escola inclusiva	43
3.2.6	As demandas cotidianas do trabalho da assistente social na APAE	45
3.2.7	Algumas considerações sobre o estudo realizado	46

CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS.....	51
APÊNDICES.....	54

INTRODUÇÃO

Este estudo deriva de um Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Maringá, Campus Regional do Vale do Ivaí e discute a temática do Serviço Social no âmbito da educação especial.

A escolha da temática decorrem das inquietações pessoais e acadêmicas da pesquisadora, na vivência do curso de graduação em Serviço Social, especialmente com o conhecimento a cerca dos direitos sociais da pessoa com deficiência, no âmbito da educação especial, além de tratar-se do campo de estágio supervisionado da pesquisadora. O tema pareceu-nos profícuo, principalmente ao observar que o serviço social tem um importante papel na educação especial, porém existem poucas publicações de assistentes sociais sobre o mesmo. Assim é importante conhecer com maior profundidade a educação especial e o exercício profissional do assistente social frente a esta política, bem como seu posicionamento perante a educação inclusiva. Este estudo, no âmbito social e científico busca contribuir para desmistificar e romper com os estigmas da pessoa com deficiência, buscando compreender teoricamente a política educacional na modalidade de educação especial, educação inclusiva e o serviço social neste espaço sócio ocupacional, e responder ao problema da pesquisa: como está configurado o serviço social no âmbito da educação especial da instituição Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Ivaiporã-PR?.

Deste modo, esse estudo tem como objetivo analisar o serviço social no âmbito da educação especial, mais especificamente, na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Ivaiporã-PR. Para o alcance desse objetivo, desenvolveu-se os seguintes objetivos específicos: refletir sobre o serviço social no âmbito da educação especial, com foco no processo de desenvolvimento histórico da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) do Brasil; debater sobre o Serviço Social no âmbito da educação inclusiva, considerando a diferenciação com educação especial; conhecer o Serviço social no âmbito da Educação especial desenvolvido na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Ivaiporã-PR, no intuito de contempla-los a partir do paralelismo capitular.

Assim, no primeiro capítulo refletimos sobre o serviço social na política educacional na modalidade de educação especial, desenvolvemos uma

aproximação histórica com o objeto de estudo. Desta forma buscou-se expor brevemente como se instituiu a educação especial brasileira e, a importância do serviço social neste campo de atuação.

No capítulo segundo debatemos sobre o Serviço Social no âmbito da educação inclusiva, considerando a diferenciação com educação especial, que tem subjacente a segregação da pessoa com deficiência. Também salientamos alguns pontos da lei de inclusão, que visa garantir a educação inclusiva, na qual as pessoas com deficiência tem o direito de realizar seu processo educacional formal em escolas regulares, com as demais crianças sem deficiência.

No terceiro e último capítulo, iniciamos apresentando os procedimentos metodológicos do estudo, e na sequência, analisamos as devolutivas da entrevista realizada com a assistente social, trabalhadora da APAE. Na análise destacamos que o Serviço Social na APAE de Ivaiporã está configurado com: o foco no trabalho com as famílias; as estratégias de enfrentamento em relação ao estigma vivenciado pela pessoa com deficiência; e a perspectiva da escola inclusiva, e os desafios enfrentados no cotidiano da profissional no sentido de viabilizar os direitos dos estudantes da , Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ivaiporã-PR.

1. SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO ESPECIAL: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Este capítulo tem o objetivo refletir sobre o serviço social no âmbito da educação especial, com foco no processo de desenvolvimento histórico da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) do Brasil. As APAES ofertam a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, bem como também a Educação de Jovens e Adultos, na modalidade de Educação Especial. Essa modalidade educativa trata-se da substituição do ensino comum, por um atendimento educacional especializado, que levou a criação de instituições e classes de ensino especiais, tendo como cerne a fundamentação do “conceito de normalidade/anormalidade, que definem as práticas escolares para os alunos com deficiência” (MEC/SEESP, 2007).

Portanto, inicia o primeiro capítulo buscando uma primeira aproximação do serviço social no âmbito da política de educação especial, posteriormente, realiza-se uma proximidade histórica de nosso objeto de estudo: a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ivaiporã, no segundo subtítulo.

1.1 O Serviço Social no campo da educação especial: aproximações preliminares

Ao analisarmos o processo de lutas sociais no Brasil em relação à pessoa com deficiência, é necessário considerar a construção sócio histórica e cultural dos mesmos e, portanto o paradigma da exclusão que, “se refere ao período em que sociedade se isentou de qualquer responsabilidade para com a pessoa com deficiência. Nesta época essas pessoas eram consideradas inválidas e sem utilidade para desempenhar funções produtivas” (LIMA e GOMES 2017, p. 184)

Para Lima e Gomes (2017), a política de educação no Brasil desde sua concepção, teve a função de difundir a ideologia burguesa, portanto, com um caráter mercantilista beneficiava aqueles que pudessem contribuir para o crescimento econômico do país, segregando aqueles que necessitavam de atendimentos especiais. Nesse sentido, a educação especial foi marcada por práticas assistencialistas, onde apenas parcela da população era contemplada.

No que tange a educação especial no Brasil, houveram algumas iniciativas

nesta área, desde o Brasil Colônia, com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos em 1854, hoje o Instituto Benjamin Constant. Já em 1856 tem-se a criação do Instituto dos Surdos-Mudos, hoje Instituto Nacional de Educação de Surdos. Em 1952 inaugurou-se em Natal-RN Instituto de Proteção aos Cegos Surdos-Mudos e, em 1954, uma instituição especializada, que se destinava ao atendimento de pessoas que apresentavam deficiência intelectual (LIMA e GOMES, 2017).

Já em 1961 a educação especial foi contemplada pela legislação educacional, pela Lei 4.024/61, das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que apontava o direito à educação das pessoas com deficiência, preferencialmente nas instituições de ensino regular. Em 1973, tem-se a criação pelo MEC (Ministério da Educação) o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP).

Segundo Lima e Gomes (2017), no Brasil a educação especial sofreu influências estrangeiras, principalmente por países nórdicos, a partir da década de 1970, que espalharam pelo mundo movimentos que tinham por base o princípio da normalização. Essas influências serviram de impulso para o surgimento de dispositivos legais, que garantissem os direitos para a pessoa com deficiência. Estas transformações passaram a ocorrer em todo o mundo, gerando melhorias para o atendimento destas pessoas, bem como sua visibilidade democrática.

Porém, entre as décadas de 1970 e 1980 a educação não era um direito universal. Somente a partir da Constituição Federal de 1988 que a educação é tratada como direito de todos e dever do Estado, o que garante também às pessoas com deficiência, o direito à igualdade sem discriminações; o direito ao trabalho; o direito à assistência social, à saúde, independente de contribuição à Previdência Social; o direito à integração na vida comunitária; o direito a um benefício mensal para a pessoa que comprove não possuir meios para sua manutenção; o direito ao atendimento educacional especializado (BRASIL, 2010).

No Brasil a educação especial teve grandes avanços com as decisões das políticas nacionais que foram ocorrendo ao longo do tempo e que, legitimaram sua importância. O arcabouço jurídico que a legitima está expressa na Constituição Federal de 1988, no Plano Decenal de Educação para Todos de 1993, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, no Plano Nacional de Educação de 2014, e a Resolução 02/2001 do Conselho Nacional de Educação, que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

Os direitos das pessoas com deficiência foram conquistados aos poucos,

como mostra o Quadro-1, o qual expõe cronologicamente a conquista desses direitos:

Quadro - 1 Evolução Legal dos Direitos das PcDs

Lei	Ano	O Que Significou
Constituição Federal	1988	Define a educação como direito universal. Garante que é dever do Estado oferecer o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.
(MEC) nº 1.793	1994	Recomenda a inclusão de conteúdos relativos aos aspectos éticos, políticos e educacionais da normalização e integração da pessoa portadora de necessidades especiais nos currículos de formação de docentes.
LDB nº 9.334	1996	Define educação especial, assegura o atendimento aos educandos com necessidades especiais e estabelece critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial para fins de apoio técnico e financeiro pelo poder público.
Decreto nº 3.298	1999	Dispõe sobre a Política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência. A educação especial é definida como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino.
CNE/CEB nº 2	2001	Institui as diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Afirma que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.
Parecer CNE/CP nº 9	2001	Estabelece que a educação básica deve ser inclusiva, para atender a uma política de integração dos estudantes com necessidades educacionais especiais nas classes comuns dos sistemas de ensino.
Parecer CNE/CEB nº17	2001	No item 4, afirma que a inclusão na rede regular de ensino não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como de desenvolver o potencial dessas pessoas.
Lei nº 10.436	2002	Dispõe sobre a Língua brasileira de sinais (Libras). Reconhece a língua de sinais como meio legal de comunicação e expressão, bem como outros recursos de expressão a ela associados.
Portaria MEC nº 2.678	2002	Aprova o projeto da grafia braille para a língua portuguesa, recomenda seu uso em todo o território nacional e estabelece diretrizes e normas para a utilização, o ensino, a produção e a difusão do Sistema Braille em todas as modalidades de ensino.
Portaria nº 3.284	2003	Dispõe sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições.
Programa Universidade para Todos (PROUNI)	2004	Programa do Ministério da Educação que concede bolsas de estudo em instituições privadas de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes. Pessoas com deficiência podem concorrer a bolsas integrais.
Programa de acessibilidade no ensino superior	2005	Propõe ações que garantem o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições federais de ensino superior (ifes).
Decreto nº 5.626	2005	Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular; a formação e a certificação do professor, instrutor, tradutor e intérprete; o ensino de língua portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular.
Plano de Desenvolvimento da	2007	Recomenda a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, a implantação de salas de recursos multifuncionais e a formação

Educação		docente para o atendimento educacional especializado (AEE).
Decreto nº6.094	2007	Implementa o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, que destaca a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos para fortalecer a inclusão educacional nas escolas públicas.
Política Nacional de educação especial inclusiva	2008	Fundamenta a política nacional educacional e enfatiza o caráter de processo da inclusão educacional desde o título: “na perspectiva da”. Ou seja, ele indica o ponto de partida (educação especial) e assinala o ponto de chegada (educação inclusiva).
Decreto legislativo nº 186	2008	Aprova o texto da Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência e de seu protocolo facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. O artigo 24 da Convenção aborda a educação inclusiva.
Decreto executivo nº 6.949	2009	Promulga a Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência e seu protocolo facultativo.
Resolução MEC CNE/CEB nº4	2009	Institui as diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial.
Plano nacional dos direitos da pessoa com deficiência	2011	No art. 3º, estabelece a garantia de um sistema educacional inclusivo como uma das diretrizes. Ele se baseia na Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, que recomenda a equiparação de oportunidades.
Decreto nº 7.611	2011	Declara que é dever do Estado garantir um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e em igualdade de oportunidades para alunos com deficiência; aprendizado ao longo da vida; oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação, entre outras diretrizes.
Nota Técnica MEC/SEESP/GAB nº06	2011	Dispõe sobre avaliação de estudante com deficiência intelectual. Estabelece que cabe ao professor do atendimento educacional especializado a identificação das especificidades educacionais de cada estudante de forma articulada com a sala de aula comum.
Decreto nº 7.750	2012	Regulamenta o Programa um computador por aluno (PROUCA) e o regime especial de incentivo a computadores para uso educacional (REICOM). Estabelece que o objetivo é promover a inclusão digital nas escolas das redes públicas de ensino federal, estadual, distrital, municipal e nas escolas sem fins lucrativos de atendimento a pessoas com deficiência, mediante a aquisição e a utilização de soluções de informática.
Plano nacional de educação (PNE)	2014	Define as bases da política educacional brasileira para os próximos 10 anos. A meta 4, sobre educação especial, causou polêmica: a redação final aprovada estabelece que a educação para os alunos com deficiência deve ser oferecida “preferencialmente” no sistema público de ensino. Isso contraria a Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, a Constituição federal e o texto votado nas preparatórias, que estabelecem a universalização da educação básica para todas as pessoas entre 4 e 17 anos em escolas comuns – sem a atenuante do termo “preferencialmente”.
Lei nº13146	2015	O capítulo IV aborda o direito à educação, com base na Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, que deve ser inclusiva e de qualidade em todos os níveis de ensino; garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras.
Lei nº 13.409	2016	Dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. As pessoas com deficiência serão incluídas no programa de cotas de instituições federais de educação superior, que já contempla estudantes vindos de escolas públicas, de baixa renda, negros, pardos e indígenas.

Fonte: realizado pela autora com base nos dados disponíveis em <<https://diversa.org.br/artigos/a-legislacao-federal-brasileira-e-a-educacao-de-alunos-com-deficiencia/>>. Acesso em Out/2018.

Através das informações dispostas no quadro acima, podemos observar, a evolução e as conquistas legais para a pessoa com deficiência. Embora trate-se de normativas e legislações recentes, estas geraram grandes avanços na vida da pessoa com deficiência e também para a sua família. Legitimou os direitos educacionais da PcD, assim como proporcionou visibilidade, dando espaço social para a luta pela efetivação destes direitos.

Em relação a educação Especial é importante salientar que, a inclusão educacional dos alunos da educação especial, na modalidade de ensino regular, deve ser feita de forma responsável, considerando as especificidades, potencialidades e vulnerabilidades da pessoa com deficiência, de acordo com cada caso, para tornar-se igualitária, salientando as necessidades especiais, e os recursos e serviços que os alunos necessitam, como Mazzota afirma:

a política educacional há de ser aquela que implanta e implementa condições reais de acesso, permanência e sucesso na escola praticando a inclusão com responsabilidade a fim de incluir todos em escolas de qualidade, contando com os recursos correspondentes às suas necessidades escolares. (Mazzota, 2008, p.49).

Abordar a temática da inclusão no Brasil, apesar do amparo legal, é falar de um assunto que deve ser debatido e refletido, pois é possível observar, no contexto neoliberal de minimização Estatal, um discurso que diminui a responsabilidade pública do Estado, o que rebate diretamente na profissão de serviço social, pois como afirma o CFESS (2010), falar dos direitos da pessoa com deficiência, é falar também sobre a “vida marcada pelo preconceito e caracterizada pela falta de acesso a serviços de prevenção, saúde e educação”.

A Constituição Federal de 1988, traz a inclusão escolar como garantia, quando afirma o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988). Desta forma é importante salientar que, as instituições de ensino tem o dever de criar estratégias para atender as necessidades específicas dos seus alunos. Como aponta Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, é dever do Estado, da sociedade e da família garantir à pessoa com deficiência a efetivação de seus direitos. Quanto à educação, “incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar”. Isto requer reflexão e análise, pois propõe um novo modelo de escola, em que a diversidade receba atenção e seja valorizada,

propiciando um ambiente em que os alunos estejam e aprendam juntos, sem nenhuma forma de preconceito ou discriminação, caracterizando-se como uma ação social, política e cultural, já que “a educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valor indissociáveis” (MEC/SEESP, 2007), portanto a necessidade do profissional do serviço social neste campo faz-se notar, pois é o assistente social que defenderá a liberdade, democracia e inclusão. Dessa forma, defende então a igualdade proposta para a educação especial.

O conjunto CFESS/CRESS (2001) expõe que, a inserção do serviço social neste campo de atuação, presume uma intervenção qualificada e o posicionamento do assistente social em favor da equidade e justiça social. Neste sentido é fundamental ao profissional, estar atento ao projeto ético político da profissão, pois o “sistema de ensino também se constitui em um espaço de concretização dos problemas sociais” (CFESS, 2001). O assistente social tem um importante papel para compreender e analisar de forma crítica a realidade social dos alunos, para ser capaz de propor estratégias e alternativas as problemáticas sociais vividas pelos mesmos.

O Serviço social é uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, que atua para defesa dos direitos humanos, como salienta o CFESS (2010), no âmbito da educação especial busca garantir também os direitos da pessoa com deficiência. Essa profissão, pautada em valores de cidadania, equidade, justiça social, conforme preconizada em seu código de ética, defende o fortalecimento e a ampliação das políticas sociais públicas, que tem por objetivo garantir o acesso a bens e serviços elementares à vida, inclusive para as pessoas com deficiência. Os assistentes sociais reconhecem a Questão Social como objeto de intervenção profissional, e para tanto, pressupõe uma leitura crítica da realidade e do contexto social analisado.

O serviço social busca viabilizar os direitos dos usuários atendidos, sendo eles pessoas com deficiência ou não. Para isto deve-se realizar uma reflexão mais aprofundada sobre o atendimento, pois além da inclusão educacional, o assistente social, deve analisar também, todas as formas de expressão da Questão Social, que por ventura podem atingir a vida da pessoa com deficiência. É relevante propiciar um fortalecimento de vínculo dos usuários da política de assistência social com as suas

famílias, isso também cabe aos usuários inseridos na política de educação. Esse apoio torna-se relevante, pois o familiar da pessoa com deficiência também recebe os estigmas da pessoa com deficiência, que causam mazelas ao ser social:

Esses usuários expressam objetiva e subjetivamente sua condição, trazendo sentimentos de inferioridade, incapacidade, pensamento ingênuo em relação à realidade social, sentimentos e concepções de mundo esculpidas historicamente, e necessidades concretas de sobrevivência relacionadas à questão de alimentação, habitação, saúde, transporte, vestuário e outros. (MARTINS, 2012, p.135)

Na educação especial o serviço social mostra-se fundamental, pois tem como dever a defesa do ser social, para que essas concepções, paradigmas, ideologias e discursos difundidos pela classe dominante do modo de produção vigente, não ocupem um enorme espaço na vida desses usuários. Como uma forma de dar viabilidade aos direitos legalmente constituídos da pessoa com deficiência, o assistente social enfrenta vários desafios diários, na função de remar contra a corrente, socializando informações, busca resistir ao sistema, com sua autonomia profissional relativa.

A instituição em que o assistente social está inserido tem seu conjunto de normas e regras, porém, o profissional desenvolve seu trabalho na regulamentação que fundamenta sua profissão, preocupando-se primeiramente com o compromisso profissional, para oferecer um atendimento de qualidade aos usuários atendidos.

Para tanto, na premissa da qualidade dos serviços prestados é fundamental continuar seus estudos e atualizar-se para realizar este atendimento e incentivar a participação da comunidade atendida. É preciso cotidianamente fortalecer o ideário da participação da sociedade civil para o reconhecimento dos direitos dos usuários e suas famílias, para que os mesmos entendam o quão forte pode soar suas vozes unidas em uma só.

Sobre o compromisso do assistente social com a qualidade dos serviços prestados a população, faz-se necessário um empenho por parte:

do assistente social com a competência profissional por meio do aprimoramento intelectual contínuo, e inclui ainda o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, tendo como premissa a luta pela publicização dos recursos institucionais, visando a democratização e universalização desses, sobretudo propiciando a efetiva participação dos usuários nos processos decisórios das instituições. (MARTINS, 2012, p. 214)

Em relação à publicização dos recursos institucionais, é preciso salientar que esta socialização de direitos, envolve toda a comunidade escolar, visto que dialeticamente a vida social, econômica e política, do usuário e de sua família, reflete diretamente no âmbito educacional com grande intensidade, o que acaba por prejudicar o desenvolvimento educacional dos alunos, e gera uma demanda de intervenção de outros profissionais.

Martins (2012) também destaca que na contemporaneidade, com o fenômeno da globalização, tem-se mudanças socioeconômicas e culturais, devido ao crescimento do individualismo e consumismo, graças a acumulação flexível. Portanto o papel do serviço social na educação tem um peso muito maior, quando analisamos o seu contexto histórico, pois grande parte das expressões da Questão Social afetam direta ou indiretamente a área da educação. Assim sendo, a autora salienta que o assistente social deve refletir o sentido da educação, não apenas como o serviço que transfere conhecimentos, mas sim, um transmissor de cultura e formador de valores, onde se adquire posicionamento político e crítico diante da história, sendo assim, a socialização do indivíduo mostra-se tão importante, fazendo também a transmissão de informações e direitos, durante o atendimento social realizado pelo assistente social.

Neste sentido objetiva-se no próximo subtítulo focalizar sobre a instituição Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), pois se trata de um dos principais campo de atuação do assistente social, no âmbito da educação especial.

1.2 A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais no Brasil: breve aproximação histórica

Sendo a APAE, um dos principais campos de trabalho para o assistente social, no âmbito da educação especial, destinado ao atendimento das pessoas com deficiência, neste subtítulo, buscamos conhecer o contexto histórico da criação da APAE no Brasil.

Durante os séculos XVIII e XIX, no Brasil, assim como em países europeus, a pessoa com deficiência era negligenciada e omitida, sendo considerada como pessoas imbecis. A discussão sobre pessoas com deficiência ficava restrita aos muros das universidades. A história da Educação Especial no Brasil tem seu início com a criação do “Instituto dos Meninos Cegos” (hoje “Instituto Benjamin Constant”)

em 1854, e do “Instituto dos Surdos-Mudos” (hoje, “Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES”) em 1857, ambos na cidade do Rio de Janeiro, por iniciativa do governo Imperial (MAZZOTTA,1996).

Segundo a FEAPAES (Federação das APAES) a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), é um dos primeiros movimentos de defesa dos direitos das pessoas com deficiência do Brasil, realizado pela sociedade civil.

Tal movimento nasceu no Rio de Janeiro, no dia 11 de dezembro de 1954, com chegada ao Brasil do casal de diplomatas Americanos George e Beatrice Bemis, vindos dos Estados Unidos, o casal tinha um filho, com Síndrome de Down, e aqui no território brasileiro não encontraram nenhuma instituição de acolhimento para seu filho (QUEIROZ e BEDIN, 2015).

Nota-se, de forma clara que, devido ao histórico de omissão e negligência, a instituição foi criada e pensada com o intuito de abranger apenas a área educacional, porém, logo se percebeu que, além das necessidades especiais para o desenvolvimento escolar das pessoas com deficiência (PcD), existem também outras necessidades, que para garantir melhor qualidade de vida para o educando, essas carências também necessitam de atendimento.

Segundo a FEAPES, foi pelo incentivo e esforço da senhora Beatrice que formou-se um grupo, congregando pais, amigos, professores e médicos de excepcionais, para fundar a primeira APAE do Brasil. Sendo que tal fato ocorreu em março de 1955, com a primeira reunião do Conselho Deliberativo na sede da Sociedade de Pestalozzi do Brasil¹, que se colocou a disposição, a doar parte do prédio, para que o movimento APAEANO pudesse instalar uma escola de crianças excepcionais. Assim, com uma sede provisória, a instituição passa a ter duas classes especiais, com aproximadamente vinte crianças. Com o passar dos anos as crianças que ali estudavam cresceram e tornaram-se adolescentes e adultos, demandando o acesso a atividades profissionalizantes. Diante disso viu-se a necessidade da criação da primeira oficina pedagógica de atividades ligadas à carpintaria para a pessoa com deficiência no Brasil.

Em um contexto geral, a educação especial ficou restrita a casos isolados,

¹ A Sociedade Pestalozzi do Brasil é uma entidade civil, de direito privado, sob forma de associação sem fins lucrativos, de âmbito nacional, tem o propósito de promover o estudo, assistência, tratamento, educação e ajustamento social das crianças e adolescentes, portadores de necessidades especiais.

priorizando o atendimento de pessoas com deficiências visuais e auditivas, deixando as pessoas com Deficiência Intelectual e Múltipla sem atendimento educacional. Somente na década de 1970 no Brasil institucionalizou-se a Educação Especial em termos de planejamento de políticas públicas com a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), em 1973².

Como citado anteriormente, segundo a FEAPAES, a APAE foi criada e organizada como uma entidade filantrópica, criando a primeira escola para a pessoa com deficiência no Brasil, trazendo a tona o debate em torno da pessoa com deficiência, por meio de muita luta, conquistando também a visibilidade a essa minoria, que antes era marginalizada pela sociedade.

Segundo SANTOS (2008), a deficiência pode ser compreendida a partir de duas formas:

a) Como uma restrição corporal, a partir da qual a pessoa pode acessar os avanços e tratamentos na área medicinal;

B) ou como uma desvantagem social, que reflete numa repressão corporal, em que necessita-se então de uma adequação social. A partir da segunda forma, seria possível, para o pleno desenvolvimento das pessoas com deficiência, a defesa da inclusão social, como afirma o autor:

Já para a compreensão da deficiência como uma desvantagem social e um processo de opressão pelo corpo, os instrumentos analíticos e políticos estão nas ciências sociais e, partindo desse pressuposto, a melhoria das condições de vida da pessoa com deficiência seria possível com as adequações nos ambientes sociais, tornando-os inclusivos (SANTOS, 2008, p. 503).

Portanto, a medicina aborda a deficiência como um caso de saúde, fato este que ocasiona uma situação de desigualdade, para o âmbito social. A estrutura social pode ser mutável, para a inclusão da pessoa com deficiência, embora exista uma desigualdade física, biologicamente falando.

A gênese cultural e histórica da pessoa com deficiência, foi vista como algo há ser omitido, sempre sofrendo com a opressão e a rejeição. O Estado não provia suporte, nem inclusão à essas pessoas. Foi devido a estas circunstâncias que um grupo de pais e familiares dessas pessoas, consideradas como excepcionais, se

² Em 1973, é criado no MEC, o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela gerência da educação especial no Brasil, que, sob a égide integracionista, impulsionou ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às pessoas com superdotação; ainda configuradas por campanhas assistenciais e ações isoladas do Estado.

uniram em luta, para que seus filhos conseguissem acessar o direito a inclusão, como qualquer cidadão.

Com isso, verificou-se as primeiras famílias capazes de olhar com amplitude para as pessoas com deficiência, que perceberam a negligência do Estado em atender as necessidades das PcD, este grupo viu-se com a missão de “cuidar”, das necessidades como educação, saúde, inclusão, enfim, a sobrevivência básica destas pessoas.

Alguns profissionais vendo um futuro promissor e a necessidade da luta deste grupo, desempenharam um papel fundamental para o desenvolvimento do mesmo, contribuindo com pesquisas, estudos, e intercâmbio com pessoas do exterior, que já tinham experiências em instituições parecidas, no mesmo contexto de opressão do modo de produção capitalista, como afirma a FEAPAES:

Essa mobilização teve que contar com o apoio de vários profissionais que, acreditando na luta dessas famílias, empreenderam estudos e pesquisas, buscaram informações em entidades congêneres no exterior, trocando experiências com pessoas de outras nacionalidades que também sofriam a imposição de um sistema capitalista que tendia a aniquilar as pessoas "desapacitadas". (FEAPAES, 2018, p.1).

Neste contexto, no Brasil, tem início esta mobilização, que visava a inclusão social das pessoas com deficiência, prestando serviços como, educação, assistência social, e atendimento médico, em instituições denominadas Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, as APAES, como uma forma de promover os direitos da pessoa com deficiência. As APAES foram criadas inicialmente nas capitais dos estados, no ano de 1962 já haviam dezesseis APAES no Brasil. No mesmo ano, representantes de doze APAES, se encontraram em São Paulo, para o primeiro encontro dos líderes Apaeanos, e foi neste primeiro encontro que se discutiu a pessoa com deficiência no Brasil, o que culminou em troca de experiências e informações, como afirma a FEAPAES “um grupo de famílias que trazia para o movimento suas experiências como pais de deficientes e, em alguns casos, também como técnicos na área.” (FEAPAES, 2018.)

Após este encontro, as APAES sentiram a necessidade, de elaborar um mecanismo para que manterem-se conectadas, assim surgiu um Conselho e a Federação das APAES, fundada em 10 de novembro de 1962, que funcionou

durante vários anos em São Paulo, em sede provisória.

No ano de 1964, o então presidente do Brasil Humberto de Alencar Castelo Branco, apoiou a aquisição de um prédio próprio para APAE, construindo-se a atual sede da instituição no Rio de Janeiro, e adquirindo um local próprio para a Federação das APAES em Brasília. Adotou-se então o símbolo usado hoje em dia, a figura de uma flor ladeada por duas mãos em perfil, desniveladas, uma em posição de amparo e a outra de proteção.

O movimento Apaeano firmou-se como um trabalho em rede, que conta com o apoio de pais, amigos, familiares, voluntários, pessoas com deficiência, profissionais multidisciplinares e instituições parceiras, tanto no âmbito público quanto no privado, com o interesse da defesa dos direitos e inclusão da pessoa com deficiência.

A FENAPAES (Federação Nacional das APAES) é uma entidade sem fins lucrativos, reconhecida como de utilidade pública federal e certificada como beneficente de assistência social, atua no âmbito cultural, educacional e assistencial congrega em suas ações mais de duas mil instituições no Brasil, que são as APAES e suas coirmãs, atendendo a cerca de 250.000 pessoas com deficiência em todo o território, segundo os dados expostos pela FEAPAES (FENAPAES, 2018).

É importante salientar que no Brasil, segundo dados do censo do IBGE de 2010, 23,9% da população brasileira tem algum tipo de deficiência, que é um número bem alto, aproximadamente 45.606.048 milhões de pessoas. Isto mostra o tamanho da demanda que não são atendida pelas APAES.

Para além disso, a APAE é a principal instituição, na contemporaneidade, que atua no âmbito da educação especial, esta instituição emprega também, uma parcela dos assistentes sociais que estão hoje no mercado de trabalho, tendo como atribuições, principalmente, garantir o acesso aos direitos sociais da pessoa com deficiência, de modo a propiciar maior bem estar social dos usuários, realiza o trabalho pautando-se em seu código de ética e projeto ético político:

O profissional tem o compromisso de garantir e verificar alternativas para viabilizar os direitos das pessoas. Assim, não deve acolher uma determinação institucional se vier a ferir algum direito do cidadão. Esse é um dever ético do assistente social. Nessa ótica, o assistente social possui habilidade profissional para propor e implementar políticas públicas no atendimento das pessoas com deficiência. (EL ABED, 2017, p. 52)

Considerando os aspectos abordados, o serviço social tem como premissa

explicita em seu código de ética, o compromisso de desenvolver um trabalho para a superação de todo e qualquer tipo de preconceito ou discriminação. Por isso, é importante, neste estudo, destacar a diferença entre escola especial e escola inclusiva.

A APAE, enquanto instituição no âmbito educacional, desenvolve um trabalho no campo da educação especial, na qual os alunos que usufruem dos serviços prestados, obrigatoriamente tem diagnosticados algum tipo de deficiência intelectual ou múltipla. Vale ressaltar que as APAES realizam também um serviço de prevenção, em que crianças de 0 a 3 anos, com atrasos de desenvolvimento intelectual e físico, assim, enriquecendo o processo de desenvolvimento destes infantes. Já a educação inclusiva prevê a interação de pessoas com deficiência e, pessoas sem deficiências frequentando o mesmo ambiente. Sem nenhum tipo de preconceito, tendo meios para superar seus limites, sendo consideradas as especificidades de cada aluno. Proporcionando a estes a inclusão e, a qualidade de ensino, que deve suprir suas necessidades especiais. Busca-se através do próximo capítulo realizar uma reflexão sobre o serviço social e a educação especial, salientando a escola inclusiva e a promoção da inclusão.

2. SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: REFLEXÃO SOBRE EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O presente capítulo tem como objetivo debater sobre o Serviço Social no âmbito da educação inclusiva, considerando a diferenciação com educação especial. Essa diferenciação é importante se considerarmos que a escola é um dos principais equipamentos de reprodução das relações sociais de nosso corpo social, devendo o Estado garantir a educação pública, o acesso e a permanência do aluno educando. A Política de Educação é um importante espaço sócio ocupacional para o assistente social, o qual, enquanto ator nessa campo, deve contribuir para identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que permeiam o ambiente escolar. Cabe a este profissional realizar os encaminhamentos necessários à rede de proteção social, como por exemplo de assistência social, tão necessária para evitar a evasão escolar, e possibilitar maior nível de bem-estar social da família (CFESS, 2001).

O assistente social na Política de Educação trabalha em conjunto com uma equipe interdisciplinar, com intervenções de outros profissionais. Esse profissional utiliza de seus conhecimentos sócio-econômicos sobre a sociedade, bem como utiliza do conhecimento sobre a realidade das famílias inseridas na política de educação, e, orientado por seu código de ética e também pelo projeto ético-político, atua com o objetivo de promover a inclusão social e educacional dos estudantes, sejam PcD ou não.

Para Martins (2012), a Política de Educação pode ser entendida enquanto ação prática modificadora, responsável por desencadear processos sucessivos de tomada de consciência dos educandos. Considerando que os alunos são seres sociais, exprimem suas particularidades no âmbito socio-educacional. Ainda para a autora, a Política de Educação tem o papel social de equilibrar o desenvolvimento do trabalho manual e intelectual, ou seja, a educação permeia e interfere diretamente na vida em sociedade.

Silva e Pereira (2011) também entendem a política de educação como o principal meio de tomada de consciência e civilização da classe trabalhadora, perante as lutas societárias vivenciadas no modo de produção capitalista. Por isso essa mobilização teve que contar com o apoio de vários profissionais que, acreditando na luta dessas famílias, empreenderam estudos e pesquisas, buscaram

informações em entidades congêneres no exterior, trocando experiências, as ações com valores que dignifiquem e respeitem os educandos devem ser desenvolvidas. Através da política de corte social que nas últimas décadas, principalmente na modalidade de educação especial, tem vivenciado avanços e retrocessos. A autora faz essa afirmação, tendo em vista os muitos direitos negados ou violados, que historicamente e socialmente, vem marcando os direitos de cidadania da classe trabalhadora (SILVA e PEREIRA, 2011).

Assim o exercício profissional do assistente social, além de se pautar nas normativas da profissão, enfrenta uma série de fatores, no âmbito da educação regular em todos os níveis, da educação infantil ao nível superior. E, no âmbito da educação especial, esse processo é ainda mais acirrado, no sentido de efetivar direitos das PcD que historicamente foram excluídas do sistema.

Isso porque a modalidade de educação especial, nem sempre atende as demandas dos estudantes e de suas famílias. Por isso mesmo, ainda faz-se necessário debater sobre os desafios que os profissionais que atuam na Política de Educação Especial enfrentam ao lidar cotidianamente com às necessidades especiais dos alunos, principalmente se considerarmos a diferenciação entre educação especial e educação inclusiva.

Na modalidade de educação especial é utilizado um conjunto de estratégias para viabilizar o aprendizado de estudantes com alguma limitação física ou cognitiva. Essa modalidade não preconiza, necessariamente a inclusão do estudante à sociedade e por isso mesmo, pode ser ofertada fora do contexto regular de ensino, ou seja, fora da escola regular, que pode levar a segregação da pessoa com deficiência, por outro lado, a educação inclusiva, consiste num sistema de educação híbrido constituído de educação regular e especial, no qual os estudantes tem atendimento diferenciado, exigindo ainda a estruturação física da escola.

Coerente com código de ética profissional que defende um posicionamento do assistente social contra toda e qualquer forma de discriminação e preconceito, ao discutirmos o serviço social no âmbito da APAE, que desenvolve o trabalho na perspectiva da educação especial, exige desta reflexão uma breve aproximação dessa problemática.

2.1 Serviço Social e educação inclusiva

Em resposta aos movimentos sociais, os documentos governamentais romperam com o caráter não público de filantropia e assistencialismo, e demandou a construção de um sistema educacional inclusivo, que respeitasse as especificidades e necessidades especiais dos alunos (SALLES, 2009).

Carbonari (2011), Castro e Dall’Acqua (2013), ressaltam que o direito a educação que atenda as necessidades da PcD foi garantido no artigo 208, III da constituição federal de 1988, porém, a redação do texto constitucional deixou uma lacuna para diferentes interpretações, ao dizer que “o Estado tem como obrigação garantir o atendimento educacional especializado *preferencialmente* na rede regular de ensino” (grifo nosso). Argumentam que a palavra preferencialmente, deixa um espaço para descumprir o artigo. Portanto, apesar de ser um fato de extrema importância, não supriu as necessidades legais da pessoa com deficiência, sendo necessária a criação em 1989 da lei n.º 7.853, que proíbe a recusa de matrículas, por parte das escolas, devido às deficiências dos alunos. Esta lei reafirma o direito da igualdade e permanência de ensino para as pessoas com deficiência, bem como o direito de atendimento das suas necessidades especiais no ensino regular. Assim em 2015, tem-se a criação da lei de inclusão, que visa garantir os direitos da pessoa com deficiência, no sentido de promover a inclusão social, defendendo a democracia.

Esta Lei expõe a política de inclusão garantida pela Lei Nº 13.146, de 06 de julho de 2015, focando no capítulo IV que diz respeito ao direito à educação. O artigo 27 do mesmo nos diz que

a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação (BRASIL, 2015).

A Lei nº13.146 expõe que, o Estado então tem o dever de garantir o acesso e a permanência da pessoa com deficiência na escola, assim como garantir o atendimento educacional especializado (AEE). Abrangendo as características e particularidades de cada aluno, realizando as adaptações necessárias para o acesso

a educação em condições de igualdade. Assim como a participação da pessoa com deficiência, e de sua família, nas diversas esferas da instituição escolar.

A educação inclusiva, embora no texto Legal tenha sido idealizada e pautada num discurso de igualdade e democracia, não ocorreram realmente de forma inclusiva. No Brasil existe um enorme contraste, em termos de inclusão, com os países de primeiro mundo. Fato este que revela os modelos educacionais brasileiros, não consideram a realidade cotidiana e as barreiras enfrentadas pela política de educação do nosso país (COSTA e TURCI, 2011).

Por isso, a implementação da escola inclusiva, para as autoras, significa um grande passo para as lutas sociais e culturais, pois se rompe assim com as desigualdades escolares, garantindo que todos os alunos tenham uma educação de qualidade. Esta política nacional de inclusão vem para garantir o acesso, participação e aprendizagem dos alunos com deficiência, e transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, através do ensino especializado, para suprir as necessidades de cada aluno.

As autoras propõem um núcleo de educação especial, para identificar e atender as necessidades especiais dos alunos no ensino regular, para efetivar a implementação de estratégias flexíveis, que considerem as condições de cada um, e proporcionem atendimentos de qualidade, de ensino e assistência as famílias. Através do AEE (atendimento educacional especializado), proporcionar acessibilidade, eliminando barreiras para os alunos no setor de aprendizagem.

De acordo com Carbonari (2011), a não inclusão toma proporções significativas se considerarmos que a Política de Educação especial perpassa todos os níveis e modalidades de ensino, desde a educação infantil até o nível superior, abrangendo os campos da cultura que permeiam a formação dos estudantes. Por isso, a autora propõe estratégias que busquem serviços e recursos de acessibilidade aos ambientes escolares, com novas práticas de ensino especializadas para as especificidades dos alunos, de modo que estimule-se as capacidades, e se criem meios de vencer as dificuldades dos mesmos. A ideia é mudar o foco da pessoa com deficiência, para condições de aprendizado favoráveis à este público, com alternativas especializadas para seu desenvolvimento, de forma inclusiva. A autora enfatiza a necessidade de uma flexibilização nos métodos de ensino, com o uso de recursos multifuncionais, e equipe sócio-psíquica nas instituições de ensino regular, tal como ocorre nas APAEs (CARBONARI, 2011).

Martins (2012) salienta que a não efetivação da inclusão das PcD, conforme consta nas normativas sobre educação especial, é preciso considerar que a política educacional enquanto política social, é também palco de um embate entre classes, que apesar de difundir a ideologia dominante (inclusive com a segregação) é um espaço de disseminação de conhecimentos, tornando-se um campo privilegiado de intervenção também para divulgar os interesses da classe trabalhadora. Esse processo, de acordo com Martins (2012), pode gerar transformações na ordem societária, ao possibilitar um conhecimento educacional mais amplo às grandes massas. Essa autora salienta que atualmente o sistema de ensino, dentre eles o da educação especial, enfrenta inúmeros desafios com a redução dos gastos públicos. Neste sentido, a atuação do assistente social deve pautar-se na equidade, a partir de uma intervenção que considere as especificidades dos alunos e suas famílias, garantindo a máxima liberdade do ser social, para que este potencialize seu aprendizado e integração escolar, como afirma a autora, cabe ao assistente social

realizar ações e intervenções comprometidas com valores que dignifiquem e respeitem os educandos em suas diferenças e potencialidades, sem discriminação de qualquer natureza, por meio do apoio e de orientação não somente aos alunos, como à sua família e ao corpo docente, em busca de melhores opções para o sucesso no processo de aprendizagem e de integração escolar e social. (MARTINS, 2012, p. 81)

Segundo ao CFESS (2001), o trabalho do assistente social na Política de Educação pode articular diferentes formas de organizações existentes na comunidade. Neste sentido o serviço social pode trazer para o ambiente escolar elementos da comunidade a sua volta, como pode levar elementos da escola para comunidade, com o intuito de desmistificar paradigmas e, promover a inclusão. Através de conselhos comunitários ou outras organizações não governamentais, propiciar a articulação da escola com a comunidade, para unir o conhecimento escolar, com a realidade social comunitária. Salienta também que a escola só poderá se considerar inclusiva, quando garantir a universalidade e qualidade de seu atendimento.

2.2 Inclusão Versus Necessidade de Reforma Educacional

El Abed (2017) problematiza a precariedade das escolas públicas no Brasil, sua história elitizada, marcada pela forte exclusão e desigualdade social, direcionada a um “modelo” de família patriarcal e com altos índices religiosos conservadores, que culturalmente fazem parte da história de nosso país, e por vezes incentivam os preconceitos, através de dogmas religiosos, gerando ainda mais segregação entre essas pessoas que se encontram fora dos padrões de normalidade.

Para a autora, faz-se necessário uma reforma na Política de Educação básica pública brasileira, que possibilite o rompimento com a ideologia burguesa, e proporcione um modelo educacional adequado a realidade social brasileira, modelo este que considere as especificidades do cotidiano da Política de Educação nacional, e as barreiras que dificultam, ou impedem a execução da inclusão (EL ABED, 2017).

Esta reforma, para Salles (2009), Costa e Turci (2011), se dá inicialmente, com um rompimento com a ideologia neoliberal, preconizada no sistema capitalista. Uma reforma na qual o sistema educacional realmente possibilite a formação para a cidadania e para a diversidade cultural, dando a oportunidade igual a todos, sem nenhum tipo de preconceito ou discriminação, coerente com as propostas da Política de Educação inclusiva. A instituição escolar deve passar por um processo de reaprendizado dos direitos humanos, para assim compreender as diferenças físicas, sensoriais, intelectuais, ideológicas, que nos caracterizam como seres humanos.

As autoras Carbonari (2011), Castro e Dall’Acqua (2013) defendem a reforma da Política de Educação de uma perspectiva mais radical, considerando que a política educacional é um direito universal, todos devem ser educados em classes regulares, rompendo-se assim com a modalidade especial em concomitante com o ensino regular.

Expõem ainda que, cada aluno deve ser respeitado em suas especificidades, tendo um ensino coerente com suas condições de aprendizado. Esta forma de ensino que considera o aluno enquanto ser social, indivíduo que possui particularidades e singularidades, seria uma resposta à segregação dos mesmos, fundamentando este rompimento de ensinos paralelos em bases racionais, empíricas e morais.

O conjunto CFESS/CRESS (2001), expõe que o direito a educação e ao

acesso e permanência na escola, são garantidos pelos aportes legais, sendo o principal a Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, a Política de Educação pública busca o pleno desenvolvimento dos educandos atendidos pela mesma. Salienta-se que estes direitos devem ser protegidos por todos os profissionais que trabalham na política educacional, portanto o assistente social que trabalha neste espaço sócio ocupacional deve buscar sempre defender a inclusão, para contribuir com os estudantes no processo de fortalecimento da formação para a cidadania, ainda que num contexto de direitos limitados.

2.3 Inclusão versus segregação das pessoas com deficiência

No que tange a Política de Educação especial, é preciso considerar a construção social da história da pessoa com deficiência, principalmente do estigma e do reconhecimento inicial da “diferença” que marca a vida tanto das PcD, quanto de suas famílias. Queiroz (2011) enfatiza que o modo de produção vigente, a ideologia da classe dominante, preconiza um padrão ideal, criando uma expectativa de perfeição sobre as pessoas. Quando a família concebe um filho com deficiência tem-se os sentimentos de culpabilização e rejeição que também precisa ser trabalhado, no sentido de romper com esses paradigmas e de respeito as diferenças.

Esse respeito ao diferente, é o principal foco da educação inclusiva, que preconiza o desenvolvimento dos alunos em classes regulares, que considere um ensino adequado às condições de cada aluno. Por isso, Castro e Dall’acqua (2013), defendem o rompimento da educação especial em paralelo com a educação regular, pois trataria-se da desmarginalização desses indivíduos e sua saída do “status” minoritário, além de ser um direito previsto em Lei, diminuiria, se não, extinguiria, preconceitos e padrões impostos à classe subalterna

Nesse mesmo sentido, os autores Salles (2009), Costa, Turci (2011) e El Abed (2017), que expõem a Declaração de Salamanca de 1994 e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) n.º 9.394 de 1996, que garantem aos alunos especiais o conceito de “excepcionais”. Terminologia conferida aos alunos com necessidades educacionais especiais. Inserindo assim esta terminologia no cotidiano social, como uma forma de diminuir a segregação dos estudantes. Os mesmos salientam que, estas leis e políticas, não ocorrem efetivamente, pois as leis se deram na hegemonia do modo

de produção capitalista, dotado da divisão das classes, com uma herança de exclusão velada de democracia.

De acordo com os autores, a política de educação especial, segrega os alunos, criando padrões de normalidade e anormalidade, o que traz à tona a relação de opressão de classes. Este é um incentivo para a individualidade, rompendo-se ainda mais para com a aceitação da pessoa com deficiência, privando-os do convívio social.

Nesse sentido, o trabalho do assistente social na educação especial deve desenvolver uma intervenção pautada na garantia ao acesso aos direitos sociais pelos alunos e familiares que, sem encontram em situação de vulnerabilidade econômica e social de forma a minimizar o máximo possível as desigualdades já existentes (EL ABED, 2017).

A política inclusiva deve articular-se ao exercício profissional, pois esta união entre serviço social e educação especial sugere um grande progresso ao atendimento da pessoa com deficiência.

El Abed (2017) salienta que a instituição APAE oferta, além da política educacional, outros direitos sociais, porém por se tratar de uma instituição especial, ainda que viabilize tais direitos, segrega os alunos se os mesmos não frequentarem o ensino regular. A educação segregada é contrária à política de inclusão, esta por sua vez defende que os alunos têm o direito de aprender juntos, sem nenhuma discriminação. O assistente social, por sua vez, tem disposto no código de ética profissional, a defesa de um posicionamento em favor da democracia e inclusão, e a superação de todas as formas de discriminação e preconceitos. Por isso, no trabalho desenvolvido na APAE é competência do assistente social atender as demandas sociais expostas por seu usuários, garantindo seu acesso aos direitos sociais, assim como, fortalecer os vínculos familiares, e orientar as famílias, como afirma a autora “o assistente social contribui com a elaboração e execução de programas voltados à orientação de famílias e de alunos que frequentam a APAE” (EL ABED, 2017 p.46).

Ainda em relação as famílias das PcD, As autoras realizaram um estudo focal sobre as famílias das pessoas com deficiência, constatando que na maioria das famílias o papel social da mulher, fortemente é construído como cuidadora do lar e dos filhos, recaindo sobre ela a responsabilidade sobre a pessoa com deficiência. As mães que tem maior participação no âmbito escolar de seus filhos, demonstram

maior desenvolvimento sensorial. Estimula-se assim o aprendizado. Portanto a participação e protagonismo das famílias na política educacional, implicam em um maior estímulo das pessoas com deficiência inclusive em suas casas, pois esta participação é uma forma de romper com os estigmas citados.

Para tanto, El Abed (2017), salienta que se o assistente social reconhecer a autonomia da pessoa com deficiência, conforme a Lei de inclusão que aborda o direito da pessoa com deficiência, sua potencialidade à convivência igualitária na sociedade civil, já é o primeiro passo para romper as barreiras estigmatizantes que segregam a PcD. Uma forma de intervenção para a promoção da inclusão, é quando o:

assistente social realiza palestras, rodas de conversas, procurando orientar os familiares a estimularem a autonomia das pessoas com deficiência, passando-lhes confiança, salientando que é possível fazer algumas coisas, sempre respeitando as limitações de cada um (EL ABED, 2017, p. 53).

A pessoa com deficiência é entendida como indivíduo divergente da norma, como um assunto da medicina, considerado saudável ou doente, criando assim uma identidade social distorcida do ser real, em correspondência as exigências feitas pelos padrões sociais aos quais nos adequamos. Cria-se desta forma um estigma sobre a pessoa com deficiência, interferindo na identidade social do mesmo, em que as relações sociais não se dão mais com a pessoa e sim com este. Essa autora defende que as propostas de educação inclusiva se efetivem, conforme as leis e estatutos que a regulamentam, sem segregar os alunos (EL ABED, 2017).

De acordo com Silva, Pereira (2011) e Queiroz (2011), as políticas públicas tem um papel civilizador, atribuindo-se à Política de Educação um grande papel de mudança social. Salientam ainda que, O Decreto nº 6.571/2008 regulamenta o parágrafo único do art. da Lei nº 9.394/96 e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253/2007 e a Resolução CNE/CEB nº 04/2009 que institui diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que garantem atendimento a serviços, recursos e estratégias para inserir sua participação plena na sociedade, com desenvolvimento e aprendizagem. O seu não cumprimento, traz a recaída ideológica sobre o estigma já citado, que incide sobre a pessoa com deficiência e toda a sua família. Este pensamento socialmente imposto sobre a família e a pessoa com deficiência, implicam em uma vida de enfrentamentos aos preconceitos e

discriminações, por ser o outro, diferente de mim, foge as normas e padrões do modelo da sociedade.

Segundo as autoras, a Política de Educação especial não deve substituir o ensino regular, visto que é uma modalidade de ensino que passa por todos os níveis educacionais, ao contrário, deve complementá-lo em contra turno. Dessa forma poderá ocorrer um processo de mudança sócio histórico e cultural, uma inclusão de fato, garantindo os direitos da pessoa com deficiência, e igualdade de um ensino de qualidade a todos. O ensino na modalidade especial garante o direito a educação para as pessoas com deficiência, porém nega seu direito de inclusão, criando uma segregação e marginalização da pessoa com deficiência, além de reforçar as ideologias preconceituosas e discriminatórias.

3. O SERVIÇO SOCIAL NA APAE DO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ-PR

Em consonância com o conteúdo apresentado nos capítulos anteriores, este capítulo busca refletir o serviço social na instituição de educação na modalidade de ensino especial, APAE do município de Ivaiporã-PR. Portanto, para a efetivação da mesma se faz necessário a discussão das etapas procedimentais, que se caracterizam enquanto componentes essenciais para o conhecimento do objeto de pesquisa, bem como, a sua validação científica.

É fundamental a discussão sobre os procedimentos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa, sendo ela, a pesquisa qualitativa, abordando as concepções de autores sobre seu significado e importância no âmbito da pesquisa social. Assim sendo, o capítulo é estruturado a partir dos seguintes eixos: I) a pesquisa qualitativa na leitura do objeto; II) etapas procedimentais; III) instrumentos de coleta de dados; IV) critério de seleção da instituição e sujeito da pesquisa; V) a inserção da pesquisadora no campo empírico; VI) análise dos dados e considerações referente à realização da pesquisa.

3.1 A Pesquisa Qualitativa na Leitura do Objeto

Segundo Gerhardt e Souza (2009 p. 12), só se inicia uma pesquisa se existir uma pergunta, uma dúvida para a qual se busca uma resposta. Pesquisar, portanto, é buscar ou procurar resposta para alguma coisa. Para Minayo (2001) a metodologia é o caminho por meio da qual a pesquisa é realizada, no processo de investigação do objeto de estudo. Neste sentido, a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre referida a elas. A autora expõe que a metodologia se trata da abordagem teórica, construindo um conjunto que possibilita a apreensão da realidade, e a criatividade do pesquisador.

Ainda para Minayo (2001) a pesquisa qualitativa, busca significados que não podem ser quantificados, pois se tratam de questões particularizadas, com um alto nível de realidade. Assim busca compreender significados profundos das relações, processos e fenômenos, que não podem ser explicitados em números.

Para Gil (2008), a pesquisa qualitativa se embasa no papel fundamental concedido a interpretação dos dados coletados, dependendo muito então da capacidade de interpretação do pesquisador para realiza-lo. Trata-se de uma análise

profunda de uma quantidade reduzida de dados, torna-se assim um dos principais fatos que difere então da pesquisa quantitativa.

3.2 Etapas Procedimentais

A construção da pesquisa científica exige o estabelecimento de algumas etapas que percorridas possibilitarão o conhecimento do objeto de estudo e o alcance dos objetivos propostos. Assim sendo, a instituição a ser pesquisada vem a ser, a instituição de educação especial APAE, do município de Ivaiporã, selecionado por ser o campo de estágio pesquisadora, o que motivou a buscar entender com maior profundidade o exercício profissional do assistente social na instituição.

Apresentam-se em seguida os utilizados para a coleta de dados; os critérios para seleção da instituição; a caracterização dos sujeitos da pesquisa e a inserção da pesquisadora no campo e a análise do conteúdo obtido.

3.2.1 Instrumentos de coleta de dados

A pesquisa se deu através de uma revisão de literatura especializada sobre a temática, posteriormente houve-se a coleta de dados mediante a elaboração de um roteiro semiestruturado de entrevista (APÊNDICE C) aplicado aos indivíduos elencados, norteando-se pela análise qualitativa. O uso da entrevista individual, semiestruturada e com roteiro pré-estabelecido, foi utilizado junto ao entrevistado.

Essa técnica de coleta de dados, para esta pesquisa, centra-se em compreender junto a esses atores sociais qual o papel do serviço social, frente a educação especial, conforme preconizado por legislação pertinente.

Realizou-se a construção do roteiro de entrevista para a realização da entrevista, como afirma Gil (2008) é um instrumento utilizado para obtenção de dados referentes às pessoas, porém diferentemente do questionário, a entrevista possibilita a obtenção dos dados a partir do contato direto com o sujeito. Para a partir deste buscar a compreensão da realidade social, considerando as especificidades apresentadas pelo entrevistado.

3.2.2 Critérios de seleção das instituições

A seleção da APAE seguiu o critério de tratar-se da única instituição dessa modalidade no município, além de ser o campo de estágio da pesquisadora, o que instigou a conhecer de maneira mais profunda, a atuação profissional do assistente social.

A APAE de Ivaiporã-PR trata-se de uma instituição com alguns anos de funcionamento no município, conta com equipamentos que lhe propiciam boa estrutura, com trabalhos interdisciplinares já organizados, portanto o serviço social tem seu espaço de atuação bem estabelecido, o que incentivou a buscar compreender como o mesmo se realiza nesse âmbito institucional.

3.2.3 A APAE do Município de Ivaiporã-PR

A associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ivaiporã é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, que atua na defesa e na garantia de direitos, fundada em 1988. Mantendo com recursos financeiros e humanos, a casa lar, a APAE rural e a Escola Ivaiporã-Educação Infantil e, ensino fundamental, na modalidade de educação especial, que tem como objetivo oferecer atendimento especializado, as pessoas com deficiência intelectual múltipla a partir de zero ano.

Conta com uma equipe pedagógica especializada, bem como também uma equipe técnica, formada por assistente social, educadora social, e psicólogo. Para além da política educacional, presta serviços nas áreas de saúde, atendimento psicossocial, estímulo cultural e recreativo.

Oferece à população usuária atendimento nas áreas de assistência social, saúde, e educação. Vale lembrar que é a única entidade do município especializada no atendimento de pessoas com deficiência intelectual e múltipla. Atualmente a entidade atende á 217 usuários e seus familiares, todos com deficiência intelectual associada ou não a outras deficiências. Para o atendimento desses, a APAE, no ano de 2018, mantém 83 funcionários, incluindo a equipe técnica citada anteriormente.

3.2.4 Critérios de seleção e caracterização dos sujeitos

Em relação a instituição APAE de Ivaiporã-PR, optamos por entrevistar a assistente social. Essa profissional atua no cargo desde o ano de 2005, que devido

ao tempo de trabalho na instituição, acompanhou diversas transformações sociais, econômicas e políticas, como alterações nas leis e nas políticas públicas. Tendo especialização em educação social,

A entrevistada é graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), com especialização em educação especial, cursando atualmente a especialização em gestão de políticas públicas. A carga horária de trabalho da assistente social atualmente é de 24 horas semanais, para atender as seguintes demandas da instituição que consiste em conhecer a realidade sócio familiar dos usuários, realizar encaminhamentos para outras políticas públicas, a fim de garantir o acesso aos direitos sociais, acompanhar, certificar e orientar quanto ao bem estar da pessoa com deficiência e sua família, e elaborar e executar projetos para a captação de recursos.

3.2.5 A inserção da pesquisadora no campo empírico

Em setembro realizou-se o primeiro contato referente a pesquisa. Na conversa a pesquisadora informou a assistente social sobre a finalidade da pesquisa, através da Carta de Apresentação (Apêndice B), com o aceite em participar da pesquisa, foi agendado dia e horário para a entrevista. Ao realizar a entrevista, foi esclarecido novamente os objetivos da investigação e apresentado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A), ressaltando a entrevistada que a mesma não era obrigada a participar da pesquisa e que, e também não era obrigada a responder a qualquer das perguntas listadas, caso não se sentisse à vontade para isso. Ao realizar os questionamentos, a pesquisadora foi norteada pelo roteiro de entrevista (Apêndice C), porém, para complementar quando as respostas pareciam um pouco superficiais, realizou-se outros questionamentos, até que as respostas se aprofundassem.

Para que a entrevistada não se sentisse cansada, foi tomado cuidado com tempo, não tornando a entrevista muito longa, garantindo assim que a entrevistada se sentisse confortável. Para registrar a entrevista foi utilizado um pequeno gravador, que gerou no início uma certa apreensão, mas no decorrer da entrevista o aparelho foi esquecido e as respostas ocorreram de forma natural.

3.3 Análise dos dados

Após a coleta de dados, por meio da entrevista, foi dado prosseguimento à pesquisa no passo seguinte: organização e interpretação do material coletado, levando em consideração os eixos predominantes nas respostas da pesquisada.

A partir de então, buscou-se evidenciar entonação de voz, risos, pausas e outros elementos transmitidos, que possibilitaram a compreensão mais autêntica possível dos dados apresentados. Nas falas foram incluídos os erros gramaticais e repetições, para mantê-las em sua íntegra.

O conjunto, de dados obtidos com a entrevista formou a compilação de textos sobre o qual, a resposta à problemática da pesquisa foi evidenciada, preservando a abordagem qualitativa no tratamento do objeto. Após a leitura e análise das falas, procurou-se destacar as frases e falas que mais salientaram os eixos propostos, a partir do ponto de vista da entrevistada.

Nesse sentido, essa organização está pautada no procedimento metodológico denominado análise de conteúdo, em que, a partir da análise das declarações e /ou comunicados oficiais podem se ir estabelecendo as unidades e eixos de análise, conforme dispomos a seguir.

3.3.1 O foco no trabalho com as famílias

As limitações sociais, econômicas, políticas e culturais, que fazem parte do cotidiano dos usuários atendidos pela instituição, dificulta a interação da própria APAE com a comunidade, limita as intervenções e o diálogo entre sociedade civil e instituição. A entrevistada salienta que um dos fatores dificultadores é a pouca visibilidade dada a pessoa com deficiência no município de Ivaiporã-PR, que afeta a articulação entre escola e comunidade, sendo necessário criar estratégias e atrativos para a participação da comunidade e familiares no ambiente escolar. Portanto, a entrevistada afirma que seria necessário um estímulo as famílias, para maior participação no ambiente escolar, para que estes pudessem levantar esta demanda através de lutas sociais.

Está afirmação vai ao encontro do que afirmam Salles (2009), Costa e Turci (2011), quando salientam que, a lei e a política de inclusão não se efetivam, por estarem inseridas na ideologia capitalista, que tem como cerne a contradição de

classes.

A entrevistada expõe que a população atendida em sua maioria, encontra-se em situações de vulnerabilidade social, econômica e cultural, dificultando o rompimento com a ideologia burguesa, e a tomada de consciência pelos mesmos, pois o acesso a informações fica comprometido, devido a pouca escolaridade dos familiares dos estudantes da APAE, bem como, a carga de trabalho intensa a que muitos responsáveis pelos estudantes são submetidos, que impossibilita a sua participação efetiva na vida escolar do estudante e uma aproximação maior com o Serviço Social que se realiza por atendimentos individuais e reuniões. Assim sendo, a assistente social, busca orientar o máximo e da melhor forma possível os usuários, em relação aos seus direitos, realizando encaminhamentos para outros órgãos da rede, em atendimentos individuais.

A entrevistada expõe que, a partir do primeiro atendimento dos alunos e da família pela instituição, nota-se um esclarecimento da família, que passa a se sentir representada por estar mais esclarecida e informada sobre seus direitos e, busca representar-se também em outros espaços sociais. Salaria também que, a partir da visita domiciliar realizada pela assistente social, levanta-se demandas que não são possíveis compreender durante o atendimento social. Através deste levantamento é possível traçar um plano de atendimento, que atenda de maneira mais qualificada as demandas da família, levando em conta seu cotidiano, e sua particularidade.

Assim salienta que os atendimentos individuais com as famílias os faz refletir sobre as suas particularidades. Já os atendimentos grupais, as fazem se reconhecer em outras famílias, portanto compreender a situação específica, enquanto consideram a totalidade, que a entrevistada expõe durante os atendimentos, embasando-se nos princípios de particularidade, singularidade e universalidade.

De acordo com a entrevistada, uma reforma no âmbito educacional seria de extrema importância, pois a falta de inclusão segregam as pessoas com deficiência, excluindo também as famílias dos PcDs, causando sentimento de impotência, e negação, por vezes perdendo a identidade do ser social. A APAE garante o atendimento especializado para a pessoa com deficiência, porém na modalidade de educação especial, que segrega os PcDs da comunidade, não ocorrendo a educação inclusiva. Violando assim o direito social de convivência em comunidade, reforçando ainda mais os preconceitos, visto que em Ivaiporã a:

sociedade ainda é conservadora e padronizada, e os usuários da APAE encontram-se em desvantagem social e pessoal devido a deficiência, em comparação com as pessoas que não tem deficiência, por isso o serviço social na instituição desenvolve práticas que contribuam para sua inclusão, acesso e garantia de direitos sociais (ENTREVISTADA).

A entrevistada salienta que, na APAE o serviço social não ocorre exclusivamente na política educacional, pois a mesma oferta a assistência social, através do modelo de gestão SUAS, compondo parte da equipe técnica, atua-se com a equipe multiprofissional que atua na instituição, realiza-se assim um trabalho interdisciplinar, para atender os usuários e familiares de pessoas com deficiência intelectual e múltipla. Portanto a atuação do assistente social busca desenvolver um trabalho com as famílias, estimulando-as socialmente, através de orientações e de socializações de informações, para que estas levantem as propostas de acordo com suas necessidades.

Essas orientações ocorrem em grupos com mães de alunos da instituição, pois no contexto social da mesma, são as mães que tem maior participação no ambiente escolar. Esses grupos se organizam em encontros semanais nos dois períodos do dia. A assistente social busca dar informes para que todos entendam e compartilhem com outros membros da comunidade, sempre de forma clara, e aberta ao diálogo. Ao realizar atendimentos individuais, ou visitas domiciliares a assistente social orienta também os outros membros das famílias. As visitas domiciliares ocorrem de forma planejada, para que a assistente social possa realizar o acompanhamento e atualizar-se sobre possíveis mudanças familiares no contexto familiar.

3.3.2 O estigma em relação a pessoa com deficiência

Neste ponto, objetiva-se salientar a pessoa com deficiência enquanto construção socio-histórica, como a educação especial influência no desenvolvimento dos alunos e suas famílias, e o papel do assistente social na compreensão da realidade sócio familiar e dos usuários atendidos, para a caracterização da população atendida.

As autoras Silva, Pereira (2011) e Queiroz (2011) expõem que, historicamente, a pessoa com deficiência é vista e entendida pela sociedade como

uma pessoa fora da norma e na diversidade humana a deficiência é debatida como diferença, criando categorias para seres humanos. Cria-se assim um estigma sobre os mesmos, compartilhado culturalmente por nossa sociedade contemporânea. Assim é possível entender que,

construímos uma teoria do estigma; uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social. (GOFFMAN, 1981, p.8)

Silva, Pereira (2011) e Queiroz (2011) salientam que o estigma não recai apenas sobre a pessoa com deficiência, mas também sobre toda a família. A entrevistada afirma que na perspectiva da interdisciplinaridade o indivíduo é visto como um todo, sendo considerado o contexto em que a família se encontra.

Portanto, o trabalho desenvolvido pela APAE de Ivaiporã-PR atende os alunos, bem como suas respectivas famílias, de modo que os múltiplos saberes dos profissionais envolvidos se complementem, buscando-se romper com esses preconceitos. Através de palestras com a equipe, bem como atendimentos individuais, onde ocorrem avaliações interdisciplinares, realizadas pela assistente social, também ocorrem reuniões da equipe técnica, que discutem sobre as intervenções realizadas, onde se avalia os resultados, analisa-se se estão sendo suficientes, e planejam as próximas medidas a serem tomadas, para garantir a máxima eficiência dos atendimentos, e bem estar social dos usuários.

Entretanto, como a pessoa com deficiência é vista como fora da norma, muitas vezes a própria família não compreende este estigma, tendo sentimentos de preconceito e afastamento da pessoa com deficiência. Pode-se entender que à educação, compete um papel fundamental para se romper com ideologias excludentes, pois é através da mesma que a família se percebe como participante das relações sociais, e o movimento de contradição pela qual a mesma passa. A política educacional traz consigo o papel social de conscientização, e a entrevistada afirma que, trabalha em conjunto com a assistência social, que vem para orientar e sensibilizar os alunos e suas famílias na busca superação de paradigmas excludente e pela efetivação e acesso aos seus direitos sociais, amparados legalmente.

Em relação ao estigma e a segregação dos alunos, a entrevistada afirma que em Ivaiporã-PR, o direito a inclusão não se efetiva, pois as pessoas com deficiência, estudam em uma instituição de educação especial, segregada do ensino regular,

não cumprindo as propostas trazidas pela política inclusiva, como afirmam ainda os autores: Salles (2009), Costa e Turci (2011). A inclusão das pessoas com deficiência no ensino regular é de fundamental importância para efetivação de sua cidadania:, e

A instituição escolar, como uma entidade fundamental na construção da cidadania, assumi a função social de incorporar a diversidade cultural e dar oportunidades iguais a todos, sem preconceitos e também sem nenhuma discriminação referente a cor, raça ou deficiência, assim, consolidam-se os propósitos Educação Inclusiva (SALLES, 2009, p. 3876)

Assim se salienta que, a APAE de Ivaiporã, desenvolve um trabalho no âmbito da educação especial, não na política inclusiva, já que só frequentam a instituição alunos que sejam PcDs, segregando-os dos alunos sem deficiência. Portanto questiona-se, como a instituição atua na superação de preconceitos se, estes alunos encontram segregados e não incluídos?

3.3.3 Escola inclusiva

A educação inclusiva pressupõe um atendimento que supra todas as necessidades dos alunos em suas particularidades, como argumenta as autoras Carbonari (2011), Castro e Dall'Acqua (2013), a educação é um direito de todos os cidadãos, portanto não deve segregar os alunos na educação especial, mas sim inseri-los na educação regular, prestando os atendimentos especializados necessários. Para as autoras, a escola só se considera inclusiva quando todos frequentam classes regulares, tendo oportunidades adequadas para vencer os desafios impostos por suas condições.

Já para a entrevistada esse rompimento é impossível, pois, segundo o sistema que vivemos o atendimento não será garantido aos alunos. A entrevistada defende a inclusão total em escolas regulares somente será possível quando estas estiverem preparadas para receber a pessoa com deficiência, com a equipe técnica necessária para efetivar os atendimentos, garantindo os direitos sociais dos mesmos.

Destaca-se neste ponto o capítulo IV da Lei nº 13.146/2015, que fala do direito a educação, e expõe através do artigo 27 que,

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao

longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015)

Portanto é direito da pessoa com deficiência ter suas especificidades consideradas no âmbito educacional, para que assim possa desenvolver seu aprendizado de acordo com suas necessidades, limites e talentos. A assistente social entrevistada expõe que para o educando, o respeito às suas particularidades o inclui e proporciona bem estar social para o mesmo e sua família. Esse atendimento pautado no paradigma da inclusão permite a família o entendimento de que a PcD é capaz, deixando de subestima-la.

A assistente social ressalta que considerar um ensino sem as características individuais dos alunos é promover a meritocracia, pois “se espera que alunos com dificuldades e limites especiais, supere-os, com oportunidades iguais, sobre a ideia que tudo é esforço individual”. Assim quando se valoriza as habilidades da pessoa com deficiência, possibilita maior desenvolvimento educacional e aprendizagem, bem como a própria melhoria física e intelectual, até mesmo os sentimentos de auto estima e autonomia, que são também direitos inclusos na lei de inclusão da pessoa com deficiência.

Salienta ainda que, a segregação é uma violação de direitos, uma forma de reafirmar preconceitos. Entretanto, analisando o contexto social da nossa contemporaneidade, é uma violação menor perante a falta de atendimento, no caso de uma possível inserção da pessoa com deficiência em classes regulares que não conta com equipamentos e equipe técnica suficiente e adequada às necessidades da PcD.

A entrevistada expõe que sem a instituição de educação especial APAE, as pessoas com deficiência do município ficariam sem atendimento, pois o mesmo não oferta o atendimento especializado necessário. Salienta-se que no artigo 208 da Constituição Federal, o Estado tem como obrigação garantir o atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino. Para a entrevistada isto deixa uma brecha, visto que preferencialmente, sugere que existem outras escolhas não ofertadas pelo Estado, tirando do mesmo esta responsabilidade. Portanto a escolha da matrícula em uma instituição especial ou regular é dos responsáveis pelo PcD, segundo a lei de inclusão, porém o atendimento especializado e inclusivo, não acontece no ensino regular.

3.2.6 As demandas cotidianas do trabalho da assistente social na APAE

A assistente social afirmou que a equipe técnica dos trabalhadores da APAE, é formada por assistente social, educadora social, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo, psicólogo, e psiquiatra que viabiliza o trabalho interdisciplinar, para atender os usuários da forma mais completa possível. O serviço social na instituição existe desde sua fundação, pois esta oferta atendimento sócio assistencial, juntamente com a política de educação.

Na entrevista semiestruturada com a assistente social foi possível perceber que, o trabalho realizado com as famílias, a profissional faz atendimentos de orientação e socialização de informações, portanto, as famílias estão desconstruindo cada vez mais os estigmas impostos pela ideologia vigente, e estas compreendem o serviço social na política educacional, sendo possível à eles essa divisão de funções.

O trabalho desenvolvido pela assistente social atende orientação aos educandos, seus familiares, e profissionais da instituição, como técnicos e educadores, orientando-os em relação aos direitos inerentes a PcD. Assim em relação à política de assistência social, a profissional expôs um trabalho estruturado frente a esta política, onde o trabalho privativo do serviço social, inserido na política educacional da instituição é respeitado, garantindo sua autonomia profissional.

Quando falamos da visibilidade da APAE na sociedade, a Entrevistada salienta que,

“observamos dificuldades principalmente em relação a interação com a comunidade, o que causa também a possibilidade de um trabalho junto a comunidade para o rompimento do preconceito que ainda existe em relação às pessoas com deficiência.”

Dessa forma o assistente social na APAE de Ivaiporã-PR tem o papel de realizar a articulação entre a comunidade, família e escola. Construindo uma forma de comunicação entre estes, compreendendo com maior amplitude a realidade social da família e comunidade, para planejar com qualidade e eficiência as intervenções necessárias.

O assistente social enfrenta diversos desafios na instituição, tendo de seguir as normativas da mesma, porém tem sua autonomia construída, portanto faz às

intervenções necessárias, e ações privativas do serviço social com segurança, a Entrevistada expõe sobre o desenvolvimento de práticas realizadas diariamente que contribuem para a inclusão, acesso e garantia dos direitos sociais, através da realização de acompanhamentos com os usuários já inseridos no atendimento dos serviços da assistência social, participação de reuniões de rede, encaminhando denúncias de violação de direitos cometidas contra a pessoa com deficiência, elaboração de relatórios sociais, e reuniões de grupo ou atendimentos individuais com as famílias das pessoas com deficiência.

Um dos fatores expostos pela entrevistada trata-se da instabilidade do contrato empregatício com a instituição, que vem sofrendo cortes em verbas, que abarcam recursos financeiros e humanos, frente a atual ofensiva do capital. Isto afeta também os usuários da política de assistência social pois,

com o corte previsto no orçamento da área da assistência social, menos usuários poderão acessar seus direitos, principalmente no que se refere a garantia de um salário mínimo BPC (benefício de prestação continuada), para a pessoa com deficiência (ENTREVISTA, 2018).

Este fato implica também na redução dos investimentos nas políticas públicas, pois tem-se uma redução dos profissionais da área, a entrevistada afirma que estes cortes refletem diretamente na qualidade do atendimento prestado a população. Neste ponto destaca-se o trabalho da assistente social na captação de recursos através de projetos sociais realizados pela mesma. Os recursos financeiros conseguidos através dos projetos garantem melhorias físicas para a instituição, bem como equipamentos utilizados pela equipe da saúde. Para melhorar os atendimentos para com a pessoa com deficiência, gerando estímulos e maior desenvolvimento do mesmo, desenvolve-se neles a autoestima, melhorando assim a qualidade de vida do ser social. Desta forma nota-se a importância da assistente social na instituição, para além dos atendimentos sociais em grupos ou individuais, ou as visitas domiciliares que visam conhecer e compreender a realidade social dos usuários, os projetos sociais garantem recursos fundamentais para o funcionamento de qualidade da instituição.

3.2.7 Algumas considerações sobre o estudo realizado

O presente estudo realizado possibilitou uma reflexão sobre a configuração do serviço social na instituição associação de pais e amigos dos excepcionais de Ivaiporã-PR, bem como o conhecimento sobre a política inclusiva no âmbito educacional.

Percebeu-se na análise da literatura, que o tema pesquisado ainda é pouco discutido no âmbito do serviço social, embora os profissionais que atuam no campo da educação especial tenham muitas contribuições a fazer pelo uso da práxis, e um papel muito importante a desempenhar nas instituições, já que se embasam em teoria para realizar uma intervenção qualificada. Foi um tema desafiador a ser pesquisado, pois o exercício profissional do assistente social na educação especial se desdobra em muitas vertentes, como o trabalho realizado em reuniões e atendimentos individuais com as famílias, a articulação entre escola e comunidade, bem como, as reuniões e planejamentos com a equipe interdisciplinar.

A pesquisa ocorreu através de entrevista semiestruturada, a partir do levantamento bibliográfico especializado. A realização da pesquisa possibilitou compreender a importância do serviço social na política educacional, e na educação especial, pois essas políticas tem um papel fundamental para o desenvolvimento intelectual, e da sociedade como um todo, tem assim um papel social emancipatório. O assistente social tem como norteador da profissão seu projeto ético político, pautado em valores como democracia e liberdade, tendo como função, entre outros, orientar e socializar informações, contribuindo para o fortalecimento dos direitos referentes à cidadania.

Foi possível perceber também que, são poucos assistentes sociais que discutem o exercício profissional no âmbito da educação especial. Em Ivaiporã-PR no ensino regular, não existe equipe técnica capaz de suprir as necessidades especiais da pessoa com deficiência, portanto os atendimentos especializados ficam restritos à APAE. Devido ao avanço neoliberal, através da pesquisa foi possível tomar ciência de diversos cortes drásticos de recursos financeiros na política de assistência social, assim como na educação, além de cortes de recursos humanos. Houve diminuição na carga horária da assistente social e aumento na demanda de trabalho.

Através da pesquisa foi possível compreender que, apesar de sua autonomia profissional, o assistente social tem as normas da instituição a seguir, colocando antes seu código de ética. No entanto, a onda ofensiva do capital, exige que o

assistente social se posicione e resista diariamente, pois seu trabalho, vai muitas vezes, contra o interesse da instituição.

A entrevista possibilitou a reflexão da análise conjuntural no exercício profissional, em como a profissão enfrenta um período de flexibilização do trabalho, quando falamos de carga horaria semanal, assim como a flexibilização salarial. Para além disso, no município de Ivaiporã-PR tem-se um forte traço conservador, que assevera a segregação das pessoas com deficiência, através de preconceitos. Fato este que dificulta o trabalho da assistente social com a comunidade, pois a visibilidade deste público é diminuída, e o trabalho de conscientização tende a ocorrer de forma muito mais intensa.

Diante este contexto é importante refletir que, falar do serviço social e a educação especial é falar sobre lutas sociais, justiça social, direitos humanos e igualdade social, preceitos estes, que devem estar intrínsecos à práxis profissional. Portanto falamos de um embate contra a ideologia do modo de produção vigente, pois se a pessoa com deficiência se trata de uma construção social, é porque trata-se de uma:

longa história de desigualdades e de exclusão do acesso a diversos serviços e bens públicos, produzida pela reestruturação produtiva e desmantelamento dos precários serviços públicos existentes, permeados por um discurso que subtrai a responsabilidade pública, descaracterizando a própria noção de direitos (CFESS, 2010).

Assim, salienta-se que, ao serviço social cabe o importante papel, além de ir contra os ideais citados anteriormente, conscientizar, além de desmistificar, e salientar a responsabilidade de quem realmente deve efetivar os direitos da pessoa com deficiência. Defendendo a inclusão, e o acesso aos direitos, lutando pela democracia, para que o Estado assuma sua responsabilidade social.

Em suma, a pesquisa possibilitou compreender e refletir a política educacional na modalidade especial e inclusiva e, como esta não se efetiva como deveria no município de Ivaiporã-PR. Focalizando na APAE do município, é possível perceber que o serviço social tem a autonomia necessária, porém vem passando por enfrentamentos devido à ofensiva burguesa. Percebeu-se que, a profissional compreende a conjuntura atual, realiza enfrentamentos diários para garantir o acesso aos direitos dos usuários, e através do trabalho interdisciplinar, proporciona a inclusão dentro dos limites institucionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo objetivou analisar o serviço social no âmbito da educação especial, mais especificamente, na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Ivaiporã-PR, para tanto, realizou-se um levantamento histórico e análise bibliográfica sobre a política de educação especial e a política inclusiva, para possibilitar a maior compreensão sobre o serviço social neste campo de atuação profissional.

Para responder ao problema de pesquisa: Como está configurado o serviço social no âmbito da educação especial da instituição Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Ivaiporã-PR?, no primeiro capítulo objetivamos refletir sobre o serviço social no âmbito da educação especial, com foco no processo de desenvolvimento histórico da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) do Brasil. Assim, destacamos o processo de desenvolvimento histórico da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) do Brasil, bem como refletimos sobre o serviço social no âmbito da educação especial. Percebemos que o serviço social teve um papel fundamental na educação especial, que através de lutas sociais, de iniciativa da sociedade civil, passou por grandes transformações e avanços, a partir das decisões políticas nacionais que ocorreram ao longo do tempo legitimando sua importância e, garantindo direitos às pessoas com deficiência.

No segundo capítulo buscou-se debater sobre o Serviço Social no âmbito da educação inclusiva, considerando a diferenciação com educação especial, o que nos levou a compreender que a educação tem o papel garantido pela Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, tem por finalidade “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996).

Ou seja, cabe ao processo educacional regular, em primeiro lugar, possibilitar o pleno desenvolvimento para o estudante, em segundo lugar, preparar os alunos para o exercício da cidadania e por último a preocupação deve ser a qualificação para o trabalho. Portanto, o processo educativo deve estimular a consciência dos educandos, para que estes de fato sejam preparados para o exercício da cidadania. Na educação especial o serviço social deve contribuir para identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que afetam o ambiente escolar, pois compreender esta política através da lei de inclusão, ainda que no âmbito da educação especial, é

defender que os alunos sejam tratados com equidade, considerando todas suas especificidades.

Por último, no terceiro capítulo, com objetivo de conhecer o Serviço social no âmbito da Educação especial desenvolvido na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Ivaiporã-PR, realizou-se a pesquisa empírica com a assistente social atuante na instituição. Inicialmente, destacamos os procedimentos metodológicos para o desenvolvimento de nosso estudo e na sequência, desenvolvemos a análise das devolutivas do sujeito da pesquisa, colhidos por meio de entrevista semiestruturada. Assim, nesse subtítulo foi possível perceber que, o serviço social na educação especial, tem um papel fundamental pois, é através do exercício profissional do assistente social que o mesmo pode compreender o contexto social dos alunos e suas respectivas famílias, inseridos numa análise conjuntural do modo de produção vigente. O serviço social que tem como valor central a defesa da liberdade e democracia, possibilita a partir de uma perspectiva dialética, a compreensão do sujeito através da singularidade, particularidade e universalidade, considerando os alunos da educação especial como indivíduos únicos, que vivenciam, no campo da particularidade, expressões da questão social, decorrentes de um modelo econômico excludente.

Desta forma, o assistente social inserido na política de educação especial, busca criar mecanismos para efetivar o acesso dos usuários (com base na lei de inclusão: 13.146/2015), à seus direitos, orientar as famílias, realizar encaminhamentos, como da assistência social, por exemplo, e articular comunidade e escola, para promover a inclusão e bem estar social dos alunos e suas famílias. Em seu cotidiano profissional, a assistente social, pautada em princípios éticos, busca a plena expansão dos indivíduos sociais; defende a socialização da participação política, estimulando, principalmente a participação da comunidade nos conselhos democráticos; intervem para garantir a equidade e justiça social; se empenha para eliminar os preconceitos e o respeito as diferenças; desenvolve um trabalho comprometido com a qualidade dos serviços prestados à população para possibilitar o acesso aos direitos da pessoa com deficiência.

REFERÊNCIAS

CARBONARI, Vera Lucia Gomes. **As políticas públicas da educação especial na perspectiva da educação inclusiva da rede estadual de ensino do estado de mato grosso do sul**. Mato Grosso do Sul, 2011. Publicado por Portal de Periódicos Científicos da UEL, 2011. Disponível em <<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2011/politicas/352-2011.pdf>> Acesso em: 01 jun. 2018.

CASTRO, Vanessa Dias Bueno de. DALL'ACQUA, Maria Júlia Canazza. **Matrículas de alunos público-alvo da educação especial: dados dos censos escolares entre 2008 e 2012**. UNESP, 2013. Publicado por Portal de Periódicos Científicos da UEL, 2013. Disponível em <<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT02-2013/AT02-021.pdf>> Acesso em: 02 jun. 2018.

CFESS. **Serviço Social na educação**. 2001.

CFESS MANIFESTA. **Dia de Luta da Pessoa com Deficiência: Sobre O Quê Estamos Falando?** 2010.

COSTA, Maria da Piedade Resende da. TURCI, Paulo Cesar. **Inclusão escolar na perspectiva da educação para todos de paulo freire**. Universidade Federal de São Carlos, SP, 2011. Publicado por Portal de Periódicos Científicos da UEL, 2011. Disponível em <<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2011/politicas/346-2011.pdf>> Acesso em 02 jun. 2018

EL ABED, Naila Muhammad. Atuação do profissional do Serviço Social na Educação Especial. **Revista Educação, Psicologia e Interfaces**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 44-56, out. 2017. ISSN 2594-5343. Disponível em: <<http://educacaoepsicologia.emnuvens.com.br/edupsi/article/view/1>>. Acesso em: 15 out. 2018.

LIMA, Miriam Torres. GOMES, Anny Kaliny Soares. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA COMO OBJETO DE INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL. **Revista Includere** v. 3 n. 1 (2017): Universidade em Movimento: Educação, Diversidade e Práticas Inclusivas. Disponível em <<https://periodicos.ufersa.edu.br/index.php/includere/article/view/7407>> Acesso em: 15 out. 2018.

SALLES, Liliane Eremita Schenfelder. **As políticas da educação especial: da**

segregação ao desafio da proposta de educação básica no paraná.

Universidade Federal do Paraná. 2011. Publicado por Portal de Periódicos Científicos da UEL, 2011. Disponível em <<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2011/politicas/356-2011.pdf>> Acesso em 03 jun. 2018

FEAPAES. Disponível em <<http://apaep.org.br/>> Acesso em: 28 maio. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.**- 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Estigma notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Tradução de Mathias Lambert. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988. Digitalização: 2004.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **Educação e serviço social: elo para a construção da cidadania** [online]. São Paulo: Editora UNESP. 2012. 277 p. ISBN 978-85-3930-243-7. Disponível em <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** 2007

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

QUEIROZ, A. M.; BEDIN, E. **História da associação de pais e amigos dos excepcionais: desafios e perspectivas na educação inclusiva.** EDUCERE – XII Congresso Nacional de Educação. ISSN 2176-1396 PUC-PR. 2015. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21164_8380.pdf> Acesso em: 15 abr.2018>

QUEIROZ, Gildaite Moura de. **Concepções de deficiência: histórias de mães cuidadoras que participam do CAP de feira de santana.** Universidade do Estado da Bahia. Bahia, 2011. Publicado por Portal de Periódicos Científicos da UEL, 2011. Disponível em <<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2011/familia/112-2011.pdf>> Acesso em 03 jun. 2018

SILVA, Angela Maria Caulyt Santos da. PEREIRA, Rose Mary Fraga. **As políticas**

públicas de educação especial e o processo civilizador . Universidade Federal do Espírito Santo. 2011. Publicado por Portal de Periódicos Científicos da UEL, 2011. Disponível em <http://www.uel.br/grupoestudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais14/arquivos/textos/Mesa_Coordenada/Trabalhos_Completos/Angela_Silva_e_Rose_Pereira.pdf> Acesso em 02 jun. 2018

SILVEIRA, Denise Tolfo Silveira. GERHARDT, Tatiana Engel, **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

APÊNDICES

Apêndice A



Universidade Estadual de Maringá
 CAMPUS REGIONAL DO VALE DO IVAÍ-CRV
 CURSO DE SERVIÇO SOCIAL



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezador (a) Colaborador (a):

Por meio deste instrumento você está sendo convidado a participar da pesquisa, conduzida por Daiane A. Nascimento, graduanda em Serviço Social na Universidade Estadual de Maringá-UEM, intitulada, “Os Desafios e Avanços do Serviço Social no Âmbito da Educação Especial”.

Este estudo tem por objetivo refletir sobre as estratégias de avanço, e os desafios enfrentados no exercício profissional do assistente social inserido no âmbito da educação especial, focalizando no trabalho desenvolvido pelas APAES. O desenvolvimento deste estudo divide-se em duas fases, sendo a primeira, revisão de literatura especializada da área em nível geral, seguidas pela revisão do contexto específico do surgimento da temática e pesquisa de campo, na qual será realizada a aplicação do questionário e entrevistas, por meio dos quais se poderão obter as devolutivas significativas para a presente investigação e a sistematização e escrita do relatório final.

Ao final deste documento você deverá assinar, entregando uma via ao pesquisador e guardando outra com você. Sua participação não envolverá nenhuma despesa ou gratificação, em caso de recusa, não sofrerá nenhum transtorno ou penalidade, bem como poderá retirar seu consentimento em qualquer momento.

Caso a questão lhe traga algum constrangimento, você tem toda a liberdade para não responder, sem nenhuma penalidade por isso. Sua participação colaborará para ampliar estudos na área do serviço social, e na educação especial, bem com a possibilidade de melhorias para a sociedade.

A pesquisa somente se realizará perante o aceite do participante selecionado, legitimado pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, mantendo o sigilo de sua identidade. Em caso de qualquer dúvida, pode entrar em contato com a Orientadora Responsável, Prof. M. Lilian T Candia de Oliveira por meio do telefone (43) 9861-2543 ou pelo e-mail: lilian.candia@hotmail.com. E com a pesquisadora Daiane A. Nascimento por meio do telefone (43) 998199390 ou pelo e-mail: daiane_gunner@hotmail.com.

Agradeço sua colaboração.

Ivaiporã/PR___/10/2018.

Assinatura do Participante

Pesquisador Responsável
 Daiane A. Nascimento

Apêndice B



Universidade Estadual de Maringá
 CAMPUS REGIONAL DO VALE DO IVAÍ-CRV
 CURSO DE SERVIÇO SOCIAL



CARTA DE APRESENTAÇÃO

| Prezada Colaboradora,

Venho apresentar a pesquisa da acadêmica Daiane A. Nascimento graduanda em Serviço Social na Universidade Estadual de Maringá- UEM, intitulada, “Os Desafios e Avanços do Serviço Social no Âmbito da Educação Especial”, sob minha orientação, visto que, para o desenvolvimento da mesma, sua participação é indispensável. Este estudo tem por objetivo refletir sobre as estratégias de avanço, e os desafios enfrentados no exercício profissional do assistente social inserido no âmbito da educação especial, focalizando no trabalho desenvolvido pelas APAES. Para o desenvolvimento deste estudo, buscou-se um referencial teórico-metodológico que fundamentasse as análises empíricas da pesquisa o que levou a opção pela metodologia qualitativa. Para fins didáticos a presente pesquisa está dividida em três fases, sendo a primeira, revisão de literatura especializada da área em nível geral, seguidas pela revisão do contexto específico do surgimento da temática e pesquisa de campo, na qual, será realizada a aplicação dos questionários e entrevistas, por meio dos quais se poderão obter as devolutivas para a presente investigação e a sistematização e escrita do relatório final.

É oportuno destacar que uma vez aceitando participar dessa pesquisa o seu nome não será identificado, contudo a instituição será identificada. Dúvidas e sugestões podem ser encaminhadas por meio do contato com a graduanda Daiane A. Nascimento - daiane_gunner@hotmail.com telefone (43) 998199390 ou com a sua orientadora: Lilian T. Candia de Oliveira – lilian.candia@hotmail.com (43) 98612543.

Att.

Profª. Lilian T. Candia de Oliveira.

Curso de Serviço Social-UEM/CRV

Apêndice C

Roteiro de Questões**DESAFIOS E AVANÇOS DO SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL****I. DADOS PESSOAIS E PROFISSIONAIS DO ENTREVISTADO**

1. Sexo: () Feminino () Masculino
 2. Etnia/Cor: () Branca () Negra () Parda () Amarela
 3. Idade: () 20-29 anos () 30-39 anos () 40-49 anos () 50-59 anos () 60 anos ou mais
 4. Estado civil: () Solteiro () Casado () Divorciado () União estável () Viúvo
 5. Formação profissional: () Assistente social () Outra: _____
 6. Ano de formatura: _____
 7. Instituição de ensino: _____
 8. Curso de pós-graduação: () Sim () Não
 9. Em caso de pós-graduação, o nível é: () Especialização () Mestrado () Doutorado
 10. Área de formação: especialização/mestrado/doutorado em: _____
 11. Função exercida na instituição: _____
 12. Forma de ingresso na instituição: () Concurso público () Indicação () Contrato temporário () Voluntário () Outra: _____
 13. Condição de trabalho na instituição: () Satisfatória () Pouco Satisfatória () Não Satisfatória
 14. Vínculo empregatício: () Fixo () Temporário
 15. Carga horária semanal na instituição: _____
- OBSERVAÇÕES: _____
- _____
- _____

II. ROTEIRO DE QUESTÕES

EIXO 1: Serviço Social na educação

1. Qual é a sua percepção sobre o objeto de trabalho do assistente social na área da educação especial?

2. Como está organizado o processo de trabalho do Assistente Social na APAE?

3. Em sua opinião, como são as condições de trabalho na política educacional da APAE?

EIXO 2: Organização do trabalho na APAE

4. Qual a sua opinião em relação ao trabalho do assistente social no âmbito da Política de Inclusão, trazida pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência?

5. Quais os instrumentos técnico-operativos mais utilizados pelo assistente social no âmbito da assistência na APAE?

6. Qual a sua opinião sobre a visita domiciliar para o trabalho do assistente social na APAE?

7. Qual a sua percepção sobre o trabalho interdisciplinar do assistente social e dos outros membros da equipe técnica?

8. Qual a sua percepção sobre o reconhecimento do serviço social, suas demandas privativas, e intervenções, pela instituição, equipe técnica, e demais funcionários?

EIXO 3: Limites, avanços e possibilidades

9. Em sua opinião quais são os limites e possibilidades para o trabalho do assistente social na política de Educação Especial?

10. Em sua opinião houve avanços após a inserção do assistente social na instituição em relação a política de assistência social?

11. Quais estratégias são utilizadas para dar visibilidade ao serviço social na instituição e sua autonomia profissional?

12. Em sua opinião os cortes de verbas afetam a assistência social e seus usuários?

13. Qual estratégia utilizada na distribuição dos proventos da assistência social quando há corte de verbas?

EIXO 4: Relação com os estudantes da instituição

14. As demandas levantadas pelos alunos e suas famílias são incorporadas pelo assistente social?

15. Qual a sua percepção sobre a assistência social como uma forma de contribuição para a permanência dos alunos na instituição?

16. Existe um trabalho de acompanhamento dos estudantes e suas famílias atendidas pela política de assistência social?

17. Quais as especificidades do campus e de seus alunos? Como elas refletem na assistência social?